

Educação quilombola, indígena, do campo e EJA: desigualdades territoriais em sua implementação

Laira Maissa Almeida Silva¹,

Nininha Gomes Djaló²

Sakaneno Miguel Paulo³

Ana Flávia Nunes Ribeiro⁴

¹Mestre em políticas sociais e cidadania pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL)

² Graduanda do curso Interdisciplinar Humanidades na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

³ Graduando do curso Interdisciplinar Humanidades na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

⁴ Graduanda do curso de Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo simples

Este estudo analisa as capacidades estatais e os instrumentos de políticas públicas mobilizados na implementação da educação especializada no Brasil, com foco na Educação de Jovens e Adultos (EJA), mais detidamente no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), na educação indígena, do campo e quilombola. A pesquisa parte de uma perspectiva espacial para examinar as desigualdades regionais e os desafios enfrentados pelos municípios na operacionalização dessas políticas, especialmente diante da fragilidade de recursos e da sobrecarga administrativa local. Utilizando dados do SAEB, Censo Escolar e MUNIC, combinados com análise espacial, com apoio do software QGIS, o trabalho identifica disparidades na cobertura e eficácia das políticas de educação especializadas. Os dados preliminares evidenciam que a cobertura dessas políticas e parte de seus resultados variam significativamente ao longo do território brasileiro, para todas as modalidades de educação especial aqui consideradas, demonstrando que os incentivos atuais não têm sido suficientes para garantir adesão e equidade na implementação por combinar-se fortemente com as dinâmicas econômicas e políticas prévias de cada estado e região. O trabalho contribui no debate sobre políticas públicas educacionais sob a perspectiva territorial e das desigualdades regionais.

Resumo expandido

A proposta do trabalho é analisar as capacidades estatais existentes e os instrumentos de políticas públicas mobilizados pelos governos no campo da chamada "educação especializada" a partir de uma perspectiva espacial. Entende-se por educação especial um atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum para abarcar diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. (MEC, 2015). Apesar de sua baixa visibilidade político-institucional, as modalidades de educação especial têm sido fruto de incentivos programáticos do governo federal ao longo das últimas duas décadas, contexto no qual se destacam as lutas de movimentos sociais com pautas raciais e ambientais.

Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação profissional, talvez a mais difundida e com maior capilaridade institucional, as ações visam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e para uma efetiva participação social. Outros formatos de educação especial que ganharam maior projeção nas últimas duas

décadas foram a educação escolar indígena, do campo e quilombola, cujos recursos, serviços e atendimentos devem também considerar a inclusão de dinâmicas e diferenças socioculturais desses grupos nos currículos e projetos educacionais. (MEC, 2015).

A justificativa para este trabalho fundamenta-se na lacuna de estudo em políticas públicas sobre perspectivas territoriais, sobretudo diante das desigualdades regionais e sobrecarga dos municípios na operacionalização das ações; além de sua agenda pouco estudada no campo de públicas, numa perspectiva territorial comparada. Garantir o acesso, permanência e as adequações estruturais e humanas necessárias para atender a públicos altamente vulnerabilizados e historicamente negligenciados não constitui tarefa fácil, em especial para o nível municipal que acaba por absorver a maior parte dessa demanda.

Assim, o governo federal tem desenhado programas específicos para incentivar a expansão e melhoria da qualidade de oferta, a exemplo das modalidades especializadas de educação, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); a Educação do Campo; a Educação Escolar Indígena; e a Educação Escolar Quilombola, focos de investigação nesta pesquisa.

Na busca por estender as oportunidades de educação para todos, o país avançou com estratégias voltadas a atender os mais diversos grupos sociais em seu território. Uma delas é o PROEJA, que visa a inclusão social dos sujeitos da EJA por meio da elevação da sua escolaridade básica integrado com a formação profissional, como estratégia para amenizar as injustiças sociais sofridas (BRASIL, 2005). Ele está vinculado às diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2008) e da EJA (BRASIL, 1996), esta última criada para atender pessoas que, devido a fragilidades socioeconômicas, não concluíram a “educação regular”, situação que frequentemente gera vulnerabilidades como pobreza extrema e analfabetismo (PEREIRA, 2019).

Apesar da possibilidade de adaptações locais nas propostas do PROEJA, da definição legal das competências entre os entes federativos em regime de cooperação, é observado uma série de contradições nas experiências de implementação, como o currículo subordinado ao mercado, infraestrutura precária, descontinuidade política, falta de autonomia escolar, formação docente frágil e desarticulação federativa (SILVA, 2023).

Além da universalização, a educação deve atender às especificidades regionais. Comunidades rurais enfrentam desafios como infraestrutura precária, falta de formação docente, carência de recursos e evasão escolar (BATISTA; EUCLIDES, 2020). Para combatê-los, políticas como as Diretrizes da Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) foram criadas, visando uma educação que reflita a realidade local, fruto da pressão das comunidades por seus direitos educacionais

A Educação Escolar Quilombola enfrenta desafios como infraestrutura precária, falta de formação docente específica e implementação lenta de políticas públicas (SILVA; CUSTÓDIO,

2024). A ausência de projetos pedagógicos adaptados e investimentos inadequados dificultam uma educação culturalmente relevante, essencial para preservar identidades e saberes ancestrais. Embora existam diretrizes nacionais, sua aplicação esbarra em invisibilidade curricular e carência de infraestrutura (SOARES; RODRIGUES e ANTUNES, 2024).

A educação indígena, garantida pela Constituição de 1988, assegura o uso de línguas maternas e métodos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1988). Porém, a descentralização para municípios (ensino fundamental) e estados/União (ensino médio) gera desafios de coordenação. A falta de escolas indígenas no ensino médio e currículos não adaptados dificultam a transição entre etapas, tornando a trajetória escolar desigual (SILVA, 2021).

As desigualdades regionais impactam diretamente a implementação de políticas públicas, especialmente em municípios com capacidades limitadas. A capacidade estatal é entendida como o conjunto de competências organizacionais, administrativas e políticas que permitem ao Estado formular e executar políticas eficazes (GOMIDE; PIRES, 2014). Essa noção é ampliada por Abrucio, Franzese e Sano (2005), que destacam a necessidade de burocracia qualificada, recursos financeiros adequados e coordenação intergovernamental. Sátyro, Cunha e Campos (2016) complementam ao afirmar que a implementação depende de fatores técnicos, administrativos, políticos e institucionais, com ênfase no papel da burocracia local

Paralelamente às capacidades, os instrumentos de políticas públicas são métodos que estruturam a ação coletiva para resolver problemas públicos, refletindo escolhas políticas, incluindo desde leis, subsídios, campanhas, órgãos públicos, até prestação de serviços e parcerias público privadas, influenciando diretamente os resultados das políticas (OLLAIK; MEDEIROS, 2011).

Para tanto, esse trabalho adota uma abordagem qualitativa e utiliza a análise espacial, com auxílio do software QGIS para construir mapas, a partir de dados secundários de fontes oficiais do governo, tais como do Sistema de avaliação da Educação Básica (SAEB), da base de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e do Censo Escolar, dando assim maior suporte ao debate.

Os dados preliminares, como número de matrículas/público alvo, número de turmas/número de escolas e número de escolas/municípios, evidenciam que a cobertura da política, bem como parte de seus resultados mais imediatos (aprovação escolar, evasão, adequação da formação docente, investimentos etc.) variam de maneira significativa ao longo do território brasileiro, para todas as modalidades de educação especial aqui consideradas, demonstrando que os incentivos atuais não têm sido suficientes para garantir adesão e equidade na implementação por combinar-se fortemente com as dinâmicas econômicas e políticas prévias de cada estado e região.

REFERÊNCIAS:

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: CUNHA, Alexandre dos Santos; MEDEIROS, Bernardo

Abreu de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro (orgs.). **Estado, instituições e democracia: república**. Livro 9, vol. 1. Brasília: Ipea, 2010.

BATISTA, Ozaias Antonio; EUCLIDES, Maria Simone. Os sujeitos da Educação do Campo e a questão do (re)conhecimento. In: SILVA, Alexandre Leite dos Santos *et al.* (org.). **Educação do campo: sujeitos, saberes e reflexões**. Picos: EDUFPI, 2020. p. 13–24.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 de jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm. Acesso em:

08 de jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 08 de jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Modalidades, políticas de apoio aos estudantes e estado da educação básica no Brasil**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77661-produto-2-modalidades-politicas-de-apoio-aos-estudantes-da-educacao-basica-pdf/file>. Acesso em: 08 de jun de 2025.

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: _____. **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; CUNHA, Eleonora Schettini Martins; CAMPOS, Jarvis. Análise espacial da burocracia da assistência social nos municípios brasileiros: notas para uma reflexão sobre

a capacidade de implementação dessa política. **Revista Opinião Pública** 22 (2), Mai-Ago, 2016.

SILVA, Carlos Rafael da. Implementação da política educacional para povos indígenas: reflexões a partir do estado da Bahia. In: SANCHES, Alvinio Oliveira Filho; SANTOS, Íris Gomes dos (orgs.). **Políticas públicas setoriais em unidades subnacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021. 217 p.

SILVA, Estefania Cabral de Souza da; CUSTODIO, Elivaldo Serrao. **Educação escolar quilombola: uma análise sobre currículo e os desafios enfrentados pela Escola do Mel da Pedreira/Amapá**. Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2024. 1. ed. Disponível em: <http://www.editoracientifica.com.br>. Acesso em: 8 jun. 2025. ISBN 978-65-5360-768-2. DOI: 10.37885/978-65-5360-768-2.

SILVA, Laira Maissa Almeida. **VULNERABILIDADES VIVENCIADAS NO TRABALHO PELOS EDUCANDOS DO PROEJA/FIC**: um estudo a partir de teses e dissertações dos programas de pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil (2010–2022). Orientadora: Lívia Alessandra Fialho da Costa. 131 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica de Salvador (UCSal), Salvador, 2023.

SILVA, Vanildo de Carvalho; SILVA, Waneska da Cruz e; LIRA, Rebeca Maria Gomes de. Educação integral em Pernambuco: impactos sociais na vida de jovens e adolescentes. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 21, 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/21/educacao-integral-em-pernambuco-imp>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SOARES, Janaina dos Santos; RODRIGUES, Marcilene Furtado Dias; ANTUNES, Layse Paes; NOGUEIRA, Samia Santa Brígida. Desafios e perspectivas da Educação Escolar Quilombola no Brasil. **Revista Território e Cidadania**, Vitória, v. 1, n. 3, e3604, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/territorioecidadania/article/view/3604>. Acesso em: 8 jun. 2025.

OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. **Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p.1943-1967, nov./dez. 2011.

PEREIRA, Antônio. **Os sujeitos da EJA e da Educação Social**: as pessoas em situação de vulnerabilidade social. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, BA, v. 15, n. 31, p. 273- 94, 2019.